

JOSÉ CAETANO MAZZIOTTI SALEMA GARÇÃO

Legislaturas: II, III, IV.



Data de nascimento

- 1886-11-19.

Localidade

- Lisboa.

Data da morte

- 1961.

Habilitações literárias

- Licenciatura em Engenharia militar e Engenharia civil e de minas, pela Escola do Exército (1912).

Profissão

- Oficial do Exército;
- Director técnico de minas;
- Empresário (minas).

Carreira profissional

- 1912 – Alferes engenheiro;
- 1913 – Tenente;
- 1916 – Mobilizado para o CEP;
- 1917 – Incorporado no Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro, partindo para França, onde esteve até 1918;
- 1918 – Reforma com a patente de major de engenharia, dedicando-se a partir daí à exploração e investigação mineralógica;
- 1921-1922 – Regista o minério glúcinio e descobre várias jazidas (lítio, ambligonite, lepidolite e alumínio);
- 1923 – Sócio da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses;
- 1936 – Inscrição na Ordem dos Engenheiros.
- Presidente do Conselho de Administração da Electrometalúrgica Portuguesa;
- Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Portuguesa de Carbonização ERIM;
- Presidente do Conselho de Administração das Construções Anglo Portuguesas;
- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Técnica e Administrações;
- Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Aproveitamento de Combustíveis Nacionais;
- Presidente da Comissão Administrativa do Albergue dos Inválidos do Comércio.

Carreira político-administrativa

- 1939-1940 e 1945-1952 – Vogal-presidente da Secção de Engenharia de Minas da Ordem dos Engenheiros;
- 1941-1944 – Membro da Comissão Revisora de Contas da mesma Ordem;
- Procurador à Câmara Corporativa em representação das empresas mineiras.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
II	6. ^a – Minas, pedreiras e águas minerais.
III	6. ^a – Minas, pedreiras e águas minerais.
IV	6. ^a – Minas, pedreiras e águas minerais.

Pareceres subscritos/relatados [Total: 3]

II Legislatura (1938-1942) [3]

- 8/II – Exploração de pedreiras.
- 10/II – Fomento mineiro (*Relator*).
- 26/II – Autorização ao Governo para criar um imposto sobre os lucros extraordinários de guerra.

III Legislatura (1942-1945)

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.

IV Legislatura (1945-1949)

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.